

A Sombra dos Moçambicanos na Casa dos Estudantes do Império

Alfredo Margarido

Dos tempos coloniais ficou em Portugal o hábito de considerar as *colónias* como um todo homogéneo que ainda hoje justifica a etiqueta dos Palops, todavia em via de ser substituída por outra sigla, o CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa). Mas, se o substantivo colectivo é cómodo, nem por isso permite a eliminação dos particularismos, na medida em que convém considerar a autonomia de cada um dos territórios coloniais, pois se Angola e Moçambique se caracterizam pela mobilização de colonos, já o mesmo se não regista em colónias como Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe. E o mesmo acontece também, embora por razões diferentes, no caso da Guiné-Bissau.

Do ponto de vista da circulação de pessoas e de bens, verificamos que o colectivo se esboroa, permitindo as articulações particulares. Sendo que, por outro lado, podemos dar-nos conta do juízo diferenciado que as colónias sempre susci-

taram - como de resto continuam a fazer - no imaginário nacional. Podia até dizer-se, sem receio de desmentido, que as colónias mais míticas são S. Tomé e Angola, por razões que nem sequer convergem. A verdade porém é que ainda até há bem pouco tempo o calão lisboeta dava ao dinheiro o nome de cacau, evocação da produção agrícola de S. Tomé e Príncipe, que justificava os lucros dos roceiros. Esta categoria só existia de resto no arquipélago, pois a terminologia era diferente em qualquer um dos outros territórios coloniais e colonizados. E só Angola mereceu a consagração do hino que melhor substanciava o que podemos designar como o colonialismo popular, proclamando sem descanso e com insistência: "Angola é nossa! É nossa!" O que quer dizer que ainda se não fez a história diferenciada das colónias nas suas relações com Portugal e que nos seria muito útil, pois Moçambique sempre se distinguiu das mais colónias não só devido à sua condição geofísica mas sobretudo pela relação tecida, na história e na geografia, entre o território, o Índico e o Oriente. Sem esquecer contudo o peso dos moçambicanos, sobretudo a partir de 11 de Janeiro de 1890, quando a Inglaterra, a nossa aliada privilegiada, decidira impor à Monarquia a violência do Ultimato que, como é geralmente sabido, espevitou a decisão de proclamar a República, operação revolucionária que fracassou no Porto a 31 de Janeiro de 1891. Veremos já a seguir que a relação entre a antiga Metrópole e a nova República ainda se tece com uma certa babugem da história, na medida em que uma parte substancial dos intelectuais moçambicanos integrou a Universidade portuguesa, em número e qualidade que se não registou nem no caso angolano, nem no caso de Cabo Verde. E se

bem que tal não pareça, a verdade é que só se pode explicar a maneira como os moçambicanos aceitaram ou rejeitaram as funções e as actividades da Casa dos Estudantes do Império (CEI) considerando os particularismos de cada uma das colónias. De resto não podemos esquecer que a CEI deriva da criação de uma Casa de Angola que, graças às intervenções angolanas, se transformou na CEI, que teve delegações activas tanto em Coimbra como no Porto.

Convém de resto salientar a actividade dos estudantes de Coimbra, que sob o impulso do casal formado pela angolana Alda Lara e o moçambicano Orlando de Albuquerque multiplicaram as manifestações culturais, entre as quais se contam os recitais de poesia que procuraram banalizar o fluxo da criação poética. Foi também a delegação de Coimbra que suscitou a organização e a publicação - *cicloestilada* dada a pobreza da instituição e dada a desconfiança dos editores - da primeira antologia da poesia em Moçambique. Sublinho, como faço sempre esta reserva dos organizadores - Victor Evaristo e Orlando de Albuquerque - que não acreditavam na existência de uma poesia já autenticamente moçambicana. Já tinha começado então a transferência de alguns poetas moçambicanos para as hostes da poesia portuguesa, como nos casos de Victor Matos e Sá, Merícia de Lemos ou Alberto Lacerda, ficando em suspenso o caso de Augusto dos Santos Abranches que levava na sua bagagem, quando se instalou em Moçambique, não só os seus poemas - que estiveram para ser integrados na colecção do Novo Cancioneiro - mas sobretudo a convicção de que a literatura podia e devia ser uma arma política. Convém talvez salientar que paradoxalmente, neste período, as coló-



"Novol"

nias portuguesas eram consideradas como o lugar de exílio que convinha aos antigos militantes políticos que tinham sido afastados dos seus lugares na função pública ou dos seus empregos, e assim se instalaram em Moçambique antigos responsáveis políticos como Cansado Gonçalves, que levou a cabo uma actividade pedagógica considerável, e Victor Hugo Velez Grilo que, em 1975, procurou levar a cabo um falso golpe de estado, para impedir o processo de independência já em marcha.

Uma das grandes diferenças entre Angola e Moçambique residiu sempre na maior autonomia financeira dos moçambicanos.

Em Lisboa, a Casa dos Estudantes do Império mobilizou sobretudo os estudantes mais pobres, tendo esta *ilha* da Duque d'Ávila lisboeta permitido que os jovens estudantes universitários encontrassem não só a fraternidade que facilitava a adequação ao quadro lisboeta, mas sobretudo a análise das condições existenciais: as próprias e as do país de origem. O paradoxo desta instituição reside no facto de utilizar a perturbação física e intelectual da mudança do quadro físico e até afectivo - uma ampla fracção dos estudantes africanos perdia toda e qualquer referência familiar, devendo ainda reconhecer e integrar a própria natureza, que não repetia nem as micaias nem os imbondeiros, embora multiplicasse nos jardins e hortas de Lisboa ou de Coimbra a presença das couves, que tanto contaram no regime alimentar português.

Uma parte destes estudantes africanos foi arrastada pela generalização de uma noção - o luso-tropicalismo - que o sociólogo brasileiro propôs em 1954 e foi ultimamente instrumentalizada pelo colonialismo oficial, tendo fornecido o suporte teórico do próprio colonialismo. E se é certo que ainda hoje o luso-tropicalismo continua a fornecer a justificação do colonialismo português - leiam-se pensadores como Valentim Alexandre ou Guilherme de Oliveira Martins - podemos verificar que esta proposta foi precocemente rejeitada pelos africanos



Bertina Lopes, "Mafalala"

(convém ler ou reler o ensaio que Buanga Fele, ou seja Mário (Pinto) de Andrade consagrou nesse mesmo ano de 1954, na *Présence Africaine*, a esta proposta destinada a justificar o alargamento do colonialismo de língua portuguesa, tanto o português como o brasileiro. O próprio estatuto da CEI se alterou sob a pressão de dois acontecimentos: o primeiro mais ideológico do que teórico, depende da sobrevalorização do colonialismo português graças a Gilberto Freyre, ao passo que o segundo depende do processo aberto no pós-guerra mundial que se permitiu ainda alguns morticínios - na Argélia em 1945, em Madagáscar em 1947 - multiplicou sobretudo as independências dos antigos colonizados, tanto na Ásia como na África. Se os colonizados de língua portuguesa denunciavam precocemente a baba teológica do luso-tropicalismo, não se esquecem de aderir profundamente à revisão das relações de dominação propostas pela Conferência de

Bandungue, em 1955. A CEI descobre, na esteira dos pan-africanistas dos fins do século XIX, princípios do século XX, a importância do pan-africanismo, pois se pode registar a transição desse movimento de autonomização para o independentismo. Podiam referir-se os descontentes dessa vaga de activistas que frequentavam a CEI como os Azancot de Menezes, os Espírito Santo, eu-mesmo, os Pinto de Andrade.

A CEI não se esqueceu de tomar posição no debate político português, e as eleições presidenciais de 1958, que provocaram um abalo significativo na própria estrutura do colonialismo, desenhando-se a partir de então o perfil de um nacionalismo angolano branco que levou poucos anos depois à criação da FUA, inicialmente partilhada entre Benguela e Sá da Bandeira (uma parte da sua história aparece nas memórias de Sócrates Daskalos). Não admira por isso que a CEI, e sobretudo a sua direcção, tenha



Bertina Lopes, "Totem", 1964.

sido mobilizada pela acção estudantil de 1962, registando-se então a presença de responsáveis comunistas, como no caso do malogrado José Bernardino e dos seus irmãos.

Os moçambicanos representavam um pequeno fragmento numa instituição onde dominava a presença dos angolanos e dos caboverdianos. Dispondo de recursos financeiros mais importantes, os estudantes moçambicanos disseminavam-se pelos muitos quartos alugados, quando maioritariamente brancos, não possuíam parentes na própria capital do Império. Por outro lado, se se fazia sentir a disciplina militante do PAIGC, era mais tênue a presença do MPLA - mau grado a instalação de Paulo Jorge Teixeira em Paris na Rua Hippolyte Maindron, no 14^e. E era cada vez mais evidente que havia duas cidades centrais na estratégia, Paris, assim como Dar-es-Salaam, situação que impunha escolhas políticas aos estudantes matriculados em Portugal. Sem que isso impedisse as manifestações da autonomia cultural, pois se aceitou enfim - em parte devido à influência indirecta de Noémia de Sousa que assegurara o secretariado do CEA (Centro de Estudos Africanos) criado por Francisco José Tenreiro e Mário

Pinto de Andrade, que funcionou na Rua Actor Vale em casa de uma velha família nativista santomense, associando os Graça, os Espírito Santo e os Paquete.

O núcleo de criadores moçambicanos tinha como figura epónima o oceanógrafo Gualter Soares, que já passara pelas prisões de Caxias, pois contou entre os militantes do MUD-Juvenil, aos quais se acrescentavam Fernando Ganhão e Sérgio Vieira, que coabitavam com o Álvaro Mateus (Dalas), que mais tarde se empenhou em criar células do PCP (Partido Comunista Português) na CEI, o que provocou a intervenção repressora da polícia política, que não acreditava - e estamos perante o paradoxo fundamental das relações entre a CEI e a repressão policial - nos projectos dos membros da CEI, tal como não podiam acreditar na veemência da sua proposta política. São desses anos as duas edições da antologia da Poesia de Moçambique, tendo a primeira começado a ser organizada por Luís Polanah que, sendo embora moçambicano e laurentino - no sentido do termo nessa época, se tinha esquecido de ler as obras então sobretudo dispersas nos suplementos culturais, excepto no caso dos autores que estavam redu-

zidos aos inéditos. Organizei depois outra edição, tendo a selecção dos autores e dos poemas, assim como o prefácio desencadeado uma violenta tormenta, na medida em que os comentadores moçambicanos recusaram compreender que esta segunda versão da Antologia tinha como projecto denunciar a violência absurda do colonialismo português. O debate, que ainda não está encerrado, estava centrado em torno da função da criação poética e do criador, como de resto mostrava bem a colaboração de Fernando Ganhão e de Sérgio Vieira, embora a poesia minimalista de Gualter Soares não hesitasse em evocar o destino e os afro-americanos, para mais violentamente denunciar a mácula desumanizante do colonialismo.

Não deixa de ser revelador que esta poesia moçambicana, escrita no exílio, seja contemporânea da criação das células destinadas a uma mobilização menos literária e mais capaz de pôr em causa a estrutura repressiva do regime. O que nos permite rever o paradoxo policial, que só tarde descobriu qual a função que se atribuíra a CEI, decidida a generalizar o independentismo africano, o que exigia a liquidação da sociedade colonialista, prevendo já então a saída maciça dos colonos, incapazes de aceitar o poder dos africanos, como de resto se verificou alguns anos depois. O fracasso da repressão policial coloca a análise perante uma situação delicada, pois muitos foram os membros da CEI presos, interrogados, julgados e condenados, devido à acção da Polícia política, incapaz contudo de compreender a violência do projecto independentista dos estudantes africanos exilados em Portugal ●